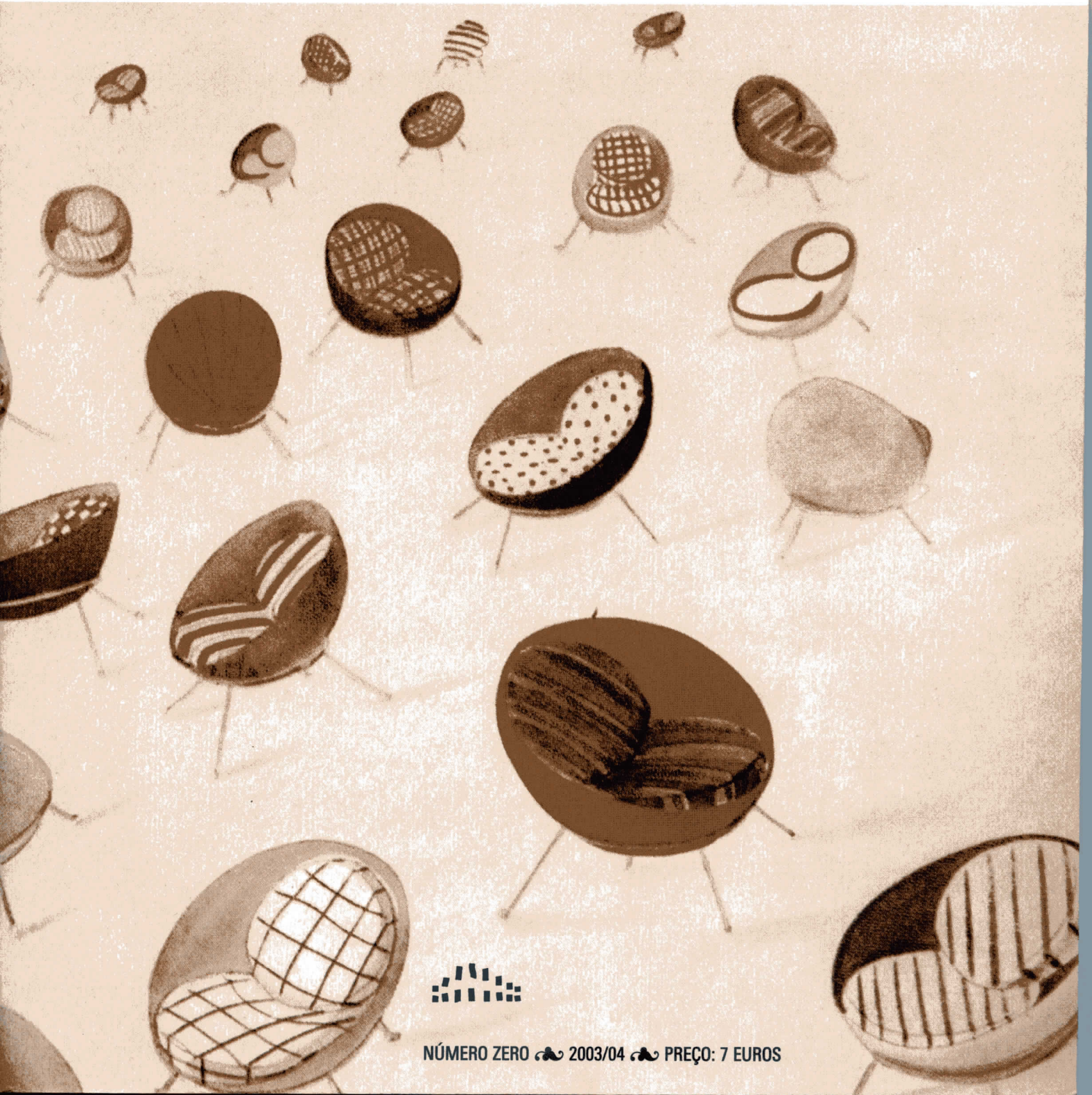




Laura



REVISTA DE CULTURA ARQUITECTÓNICA

DEPARTAMENTO AUTÓNOMO DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO MINHO



NÚMERO ZERO  2003/04  PREÇO: 7 EUROS



Ilustrações: pormenores da nota de um dólar americano

"A polícia federal dos Estados Unidos da América emitiu ontem um aviso de que a Al-Qaeda pode estar a planear um ataque terrorista espectacular contra a América. O FBI não tem detalhes sobre a localização, a data ou a natureza desse ataque, mas prevê que seriam utilizados meios mais convencionais que no 11 de Setembro. Devido à ausência de pormenores, a Casa Branca não mudou o seu estado de alerta, mas pediu à população para continuar vigilante."
(Jornal Público, 16 de Novembro de 2002)

Um olho na parte superior da pirâmide

1.

Uma das primeiras regras do jornalismo é distinguir o que é notícia do que não é. O exemplo do cão que morde o homem ou do homem que morde o cão é aula de primeiro ano em qualquer escola de comunicação social. «Notícia» é, no dicionário, «informação de uma coisa sabida por quem a dá» e no caso que abre este artigo quem dá a informação pouco sabe. Trata-se de pura especulação: "a Al-Qaeda pode estar a planear um ataque terrorista" mas também pode não estar; não há data; não há local; não se conhece a "natureza" do ataque, o que é o mesmo que dizer que não se conhece a sua origem ou motivação; e "devido à ausência de pormenores, a Casa Branca não mudou o seu estado de alerta". Se não mudou sequer o estado de alerta onde está a notícia? Mesmo a adjectivação "espectacular" do ataque terrorista parece redundante com o os objectivos de um qualquer ataque terrorista. Não sendo a notícia, definitivamente, espectacular enquadra-se numa lógica da «sociedade do espectáculo». Ao publicar esta "informação" pretende-se apenas apelar à população para que se mantenha "vigilante". Mas vigilante em relação a quê? À incerteza de um ataque? À incerteza sobre uma organização que se quer genérica?

O terrorismo tem como objectivo criar o medo na população civil, terror sem critérios e sem justificação. O aviso do FBI explora esse medo envolvendo a população numa caça às bruxas, semelhante à caça às bruxas do tempo de Nixon e do comunismo. O terrorismo assenta no livre arbítrio (caso fosse determinista poder-se-ia justificar), ou seja, ninguém está imune. O maior terror é uma entidade sem rosto, não identificável. A natureza do terror sem rosto é a sua onnipresença (sem "localização", sem "data", sem "natureza"). O terror com uma estrutura dispersa, sem centralidades, é mais difícil de figurar. Quanto mais abstracto (menos figurativo) mais eficiente. O FBI substituiu o rosto nominável de Bin Laden pela abstracção «Al-Qaeda» contribuindo para um terror subjectivo, onde tudo cabe: da Palestina às Filipinas, da Indonésia à Argélia da Chetchenia à Somália, da Coreia do Norte ao Iraque,



do Iémen à Arábia Saudita... Esta visão globalizada e genérica do terrorismo não interessa só aos terroristas. Um inimigo genérico combate-se de um modo generalizado e, nesse sentido, também a vigilância deixou de ser objectiva para passar a ser subjectiva, sendo esta a base de legitimação para que todos possamos ser considerados, simultaneamente, potenciais vítimas e potenciais suspeitos. Um sobre-dimensionamento do terror, desculpabiliza a responsabilidade do Estado quando falha a segurança e legitima um maior sentido de controle, paradoxalmente, sugere uma necessidade de responsabilização individual. A vigilância deixou de ser Orwelliana, concentrada num ponto, para estar dispersa por auto-sugestão.

2.

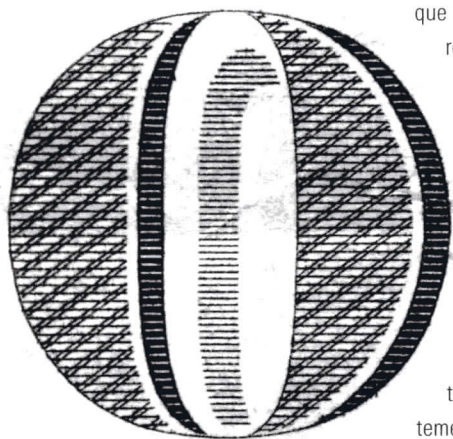
Uma sociedade afectada pelo medo será sempre mais permissiva em relação á aceitação de mecanismos de vigilância, essencialmente no que diz respeito a mecanismo de vigilância electrónica ou tele-vigilância. Uma falsa questão tem sido limitar o debate à geografia do espaço público quando sabemos que grande parte da cidade contemporânea se desdobra em espaços híbridos de iniciativa privada mas de uso colectivo. Câmaras de vigilância procuram garantir a segurança dos utentes mas também prevenir e dissuadir crimes que possam lesar os mais diversificados interesses. À parte de alguma resistência ideológica em relação à vigilância de espaços públicos, a diferenciação entre público e privado é quotidianamente ultrapassada. Esta é uma consciência também partilhada pela autoridades policiais que tantas vezes recorrem ao sistemas de segurança privada para resolver crimes públicos. Em Madrid, instituições bancárias e seguradoras garantem uma permanente vigilância de grande parte do espaço público (imagens que são frequentemente cedidas para detectar os momentos que antecedem actos terroristas em espaço público). Se juntarmos outras instituições privadas apercebemo-nos que a rede de espaço vigiado não justifica a redundância de serem as autoridades governamentais a assumir essa responsabilidade. Claro que isto implica, para já, adiar um juízo sobre quem deve vigiar. Se associarmos um sentido de «controle» à vigilância, somos, hoje, mais controlados por iniciativa privada do que por entidades governamentais. Se não distinguirmos a vigilância de espaços públicos motivada pela protecção de interesse económicos ou privados da "vigilância" resultante da pulverização de câmaras vídeo de uso pessoal e lazer, apercebemo-nos que a existir um controle este será difuso e não concentrado como denunciavam algumas metanarrativas modernistas. Cada vez mais vídeos amadores ilustram telejornais e uma notícia que não seja corroborada por imagens dificilmente é editada. Mas a associação vigilância/controlado poderá ser outro engano assim como o a relação entre vigilância e segurança. A maioria dos sistemas de vigilância capta e armazena a informação sem que esta seja tratada ou vista em directo, algumas das gravações obrigam a um posterior tratamento da imagem por computador para que se tornem legíveis, como foi o caso das imagens recolhidas que permitiram reconhecer os autores do bárbaro assassinato de uma criança de 2 anos em Liverpool em 1993. O facto de existirem câmaras de tele-vigilância por todo o lado não implica que essas imagens sejam por si só garante de segurança, não havendo um operador em directo que interprete a informação captada apenas poderão servir de testemunho retrospectivo. No caso do assassinato de James Bulger, Sarah Kember (Goldsmiths' College) refere que as imagens "tornam-nos testemunhas de um acontecimento horrível antes de ter acontecido –produzindo um sentido de impotência e culpa. Estamos de certo modo envolvidos mas não poderemos fazer nada porque já aconteceu". A Câmara vê, regista, ajuíza mas não actua no momento, essa responsabilidade é remetida para quem opera a informação. Mas também a fronteira entre quem vê e quem é visto é cada vez mais ténue. A democratização da tecnologia há muito que afastou a distopia de George Orwell dos nossos imaginários. Existem big brothers (no plural) mas também existem meios para os denunciar e contradizer. Foi a partir de televisões privadas que assistimos à adopção da vigilância vídeo usada por forças policiais em manifestações de estudantes ou trabalhadores na

década de 90 em Portugal. Câmaras que vigiam câmaras, pessoas que vigiam polícias em tantas denúncias no uso excessivo de força e autoridade: imagens que chegam da África do Sul mostram polícias atirando cães contra prisioneiros; no Brasil polícias matam pessoa à queima-roupa; nos EUA polícias agredem violentamente jovem negro, tudo filmado com câmaras particulares. Poder-se-á dizer que a vigilância também está 'fora de controle', felizmente, fora de um único controle. Perverter a relação vigilância/controlado é também reorientar sistemas de vigilância existente: numa altura em que grupos de extrema direita amedrontavam os sem-abrigo de Barcelona, estes refugiavam-se à noite nos espaços de multi-banco, porque além de climatizados, sugeriam alguma segurança.

Com a afirmação do terrorismo nos anos 70, os sistemas de vigilância adoptaram as mais avançadas tecnologias da engenharia informática. Satélites, radares, infra-vermelhos, micro-câmaras, computadores, códigos e passwords, algoritmos que combinam e comparam bases de dados, constroem os argumentos de um qualquer filme de James Bond mas também da realidade. A rede de espionagem global Echelon, a agência DARPA (Defense Advanced Research Project Agency), cujo o logotipo é um olho na parte superior de uma pirâmide que observa o globo terrestre (El País 01-12-02), ou o TIA (Total Information Awareness), servem de exemplo.

Em *Minority Report* (filme de Steven Spielberg), num futuro recente, o herói entra numa loja e é automaticamente identificado através de uma leitura da íris, permitindo um atendimento (leia-se assédio) personalizado. No filme, como na nossa realidade, o marketing e a publicidade gerem uma base de dados cada vez mais complexa que permite aproximar os produtos em oferta ao perfil do consumidor específico. Diariamente chegam a nossas casas cartas de empresas de que nunca ouvimos falar, que nos tratam pelo nome, telefonam-nos, sabem que idade temos, o que fazemos o que consumimos. Abrimos uma página de uma qualquer loja virtual e assediam-nos com novos produtos que têm em consideração aquisições anteriores e que aspiram a moldar o nosso perfil. Cartões de crédito deixam rastros impensáveis, assim como inquéritos de rua, compra de telemóveis, inscrições em escolas ou moradas e-mail. Através de uma conta de electricidade, de um recibo de supermercado ou de um caixote de lixo desvenda-se todo o quotidiano de uma pessoa. A vigilância comportamental evoluiu mais depressa por motivos comerciais do que por motivos de segurança pública (mais depressa a Readers Digest encontra a sua nova caixa do correio do que a PSP para lhe cobrar uma multa). Mesmo assim, em nome da segurança pública, vão-se adoptando medidas ao nível governamental para vigilância dos seus cidadãos. Um artigo do Jornal Público de 9 de Setembro refere a adopção pelo FBI de um "software" capaz de registar as teclas batidas num teclado de um qualquer computador permitindo o acesso às respectivas "passwords" dos utilizadores. A própria legislação, um pouco por todo o lado, tem-se debruçado no sentido de legitimar uma maior vigilância ao nível da informática: na Alemanha, Dinamarca, EUA ou Inglaterra foram criadas leis que permitem aos serviços de segurança o livre acesso ao registo de informação das empresas que fornecem serviços de Internet, nada nos garante a privacidade de um correio electrónico. Nos EUA o FBI passou a aceder à lista de livros consultados em bibliotecas públicas. Na Itália (citando o mesmo artigo do Público), foi aprovada uma lei que permite aos agentes dos serviços secretos civis e militares "com total impunidade, cometer crimes no decurso das suas missões, excepto matar ou ferir pessoas". Os autores do atentado de 11 de Setembro, tinham um comportamento público normal, passavam quase despercebidos, integraram-se em escolas públicas, eram simpáticos com os seus senhorios. Foi a partir do uso da Internet que comunicavam, planeando o maior atentado terrorista de sempre. Dispersos entre Alemanha, EUA ou Afeganistão, desenvolveram mensagens codificadas que evitavam palavras eventualmente suspeitas. Suponho que *World Trade Center* passou a *Faculdade de Urbanismo*, Pentágono a outra coisa qualquer numa conversa entre "dois namorados". Sabiam da existência de "software" capaz de interceptar mensagens com palavras suspeitas, mas sabiam também que por mais controlada que esteja a Internet a informação a circular por segundo é tanta





que dificilmente *alguém* será capaz de a interpretar tornando a probabilidade de uma interceptação reduzidíssima. A conspiração do 11 de Setembro foi essencialmente desenvolvida no espaço virtual, que, por sinal, nem sequer é público. A Internet assim como as mais recentes tecnologias da comunicação pertencem à esfera do privado, o que implicará que as normas restrictivas sobre a vigilância de espaços públicos representem apenas uma insignificância (o que não quer dizer que estaremos dispostos a abdicar dessa insignificância). Esther Dyson, analista das tecnologias da informação, tem-se debruçado sobre sistemas de "vigilância negociada" como o caso da Privacam da KPN, Holanda. Este sistema associa à vigilância vídeo um "software" que distribui a informação captada (o feixe de vídeo digital é subdividido na sua origem e enviado sob forma de dados separados) por três entidades distintas (imagine-se: serviços de segurança, governador civil, uma comissão de moradores...) sem acordo entre quaisquer três partes envolvidas, ninguém terá acesso às imagens captadas. Este sistema permite, aparentemente, assegurar a manutenção das liberdades cívicas, mas dentro desta moldura o que impede alguém de ir com a sua própria câmara de vídeo filmar quem passa em determinada rua? Felizmente nada. É importante assegurar que no conceito de espaço público é tão legítimo observar como ser observado, a liberdade implica, necessariamente, uma ideia de confronto.

3.

Numa entrevista com Paul Rabinow, Michel Foucault advertia que mesmo um espaço pensado para uma comunidade livre, como o Familistère de Guise (1859) de Jean-Baptist Godin, poderia passar a ser um espaço opressivo bastando que alguém se dispusesse a controlar a entrada e saída de trabalhadores. *Relativamente inútil será que o arquitecto se responsabilize pela criação de máquinas de liberdade em vez de se responsabilizar pela promoção de um permanente exercício de liberdade.* É através da leitura de Foucault que facilmente se estabelece uma relação entre a arquitectura e a vigilância. A sua análise da sociedade disciplinar, dos séculos XVIII e XIX, estruturada nos espaços enclausurados (escola, hospital, prisão...), desagua na espacialidade do panóptico. Hoje, esse papel da arquitectura, associado ao vigiar (e punir), perdeu-se no que Paul Virilio denomina por *topologia electrónica*. Em *Overexposed City*, Virilio remete para uma pós-arquitectura em que o espaço é denominado pelo enquadramento perspectivo da lente de uma câmara vídeo. O que era material na cidade tradicional torna-se imaterial na cidade contemporânea, o opaco cede à transparência, radares e detectores restringem e definem passagens, écrans sem profundidade simulam distância, telecomunicações regulam fronteiras, teleconferências substituem a água enquanto espaço de reunião, com as comunicações instantâneas a chegada antecipa-se à partida: *"tudo nos chega sem termos de partir (...) por isso faz algum sentido que quando discutimos tecnologias do espaço, hoje, não nos estamos a referir à arquitectura mas antes à engenharia que nos transporta para dentro de um espaço exterior"*. O discurso de Virilio assemelha-se mais à descrição de um aeroporto do que a uma cidade mediterrânea, mesmo assim, é talvez nos detalhes que mais sentimos as transformações do quotidiano: sem multibanco, telemóvel ou via-verde, os percurso e os tempos seriam provavelmente outros. São estes os sistemas tecnológicos que, indissociáveis de um número inter-bancário, nos localizam a um qualquer momento no espaço. Paradoxalmente, entre Foucault e Virilio, a arquitectura já não parece cumprir o papel controlador do espaço social e físico, essa é uma vantagem que poderemos explorar.

4.

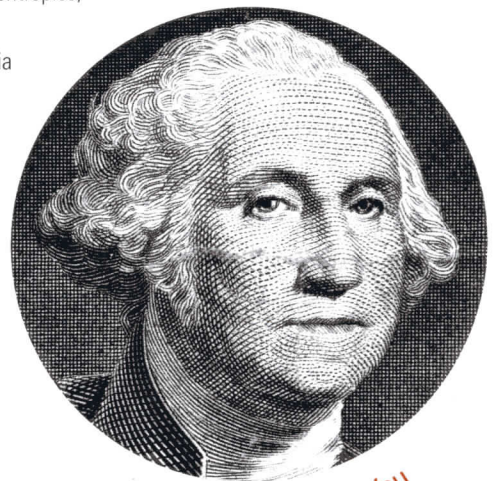
Diz-se que mais estrelas existem no céu quanto melhor forem os telescópios, inevitavelmente, mais cancos quanto melhores o rastreio, mais terroristas quanto melhor vigilância. A vigilância legitima-se como prevenção, um mal menor que acredita na premonição do "mal". São os argumento que justificam a invasão do Iraque; não é necessário que Sadam Husein use armas de destruição maciça, basta que as possua; não é necessário que as possua, basta que pense em as possuir.

O paradoxo da vigilância foi revelado no 11 de Setembro, quando uma dúzia e meia de terroristas armados com canivetes fizeram o que ninguém esquecerá. No mesmo ano a NASA desenvolvia o X-43 A, um avião hipersónico, que voa a uma velocidade sete vezes superior à do som e é alimentado a oxigénio. No mesmo ano George Bush falava em recuperar o programa "Guerra das Estrelas", aviões de espionagem americana cruzavam os céus da China. Hoje e todos os dias, aviões não tripulados e satélites fotografam os quatro cantos do mundo, milhões de comunicações são interceptadas diariamente. Em Outubro de 1997 o *crack* bolsista de Wall Street é acentuado pelo "abandono dos terminais", explica Paul Virilio: as velocidades das cotações aceleraram e o sistema informático, supostamente calculado para fornecer uma leitura dos acontecimentos compatível com a capacidade de leitura e interpretação humana, falhou. Excesso de informação pode-se tornar num sistema entrópico, de não-informação, ou informação perdida num mundo de dados sem fim.

Em Berkeley uma organização chamada SETI (Search for Extraterrestrial Intelligence) que vigia o espaço na procura de inteligência extra-terrestre, adoptou um programa informático que permite associar em rede, via Internet, tantos computadores quanto possível, obtendo, a partir dos dados voluntários, um somatório de processadores e olhares que permitam, em tempo real, a análise da imensa informação produzida por radio-telescópios. Qualquer um de nós, a qualquer momento, poderá ceder o seu computador pessoal para a verificação e controle da informação captada e partilhada pelo SETI numa relação simbiótica. É neste género de sinergia que os serviços de segurança dos EUA parecem apostar, ao envolver a população civil na vigilância do "mal". Para isso, bastará convencer os americanos que existem tantos terroristas quantos os Objectos Voadores Não Identificados.

Dezembro de 2002

* Arquitecto, docente do D. A. A. U. M.



George Watching You

Referências:

FOUCAULT, Michel. "Space, Knowledge and Power" (interview with Paul Rabinow, Skyline, 1982) in *Architecture Theory Since 1968*, Ed. K. Michael Hays, Columbia Books of Architecture/Mit Press, Cambridge/London, 1998.

KEMBER, Sarah. "Surveillance, Technology and Crime" in *The Photographic Image in Digital Culture*, Ed. Martin Lister, Routledge, London/New York, 1995.

VIRILIO, Paul. "The Overexposed City" in *Zone 1/2*.

www.seti.com